



## Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais

Siliprandi, Emma\*

**Resumo:** O artigo apresenta os fundamentos mais importantes do ecofeminismo, escola de pensamento que tem orientado organizações ecologistas e feministas de vários países desde a década de 70, buscando entender as contribuições e os limites que esta abordagem traz para a prática social no Brasil, em particular para os movimentos que tentam articular as lutas das mulheres com as lutas ambientais. Analisa as principais autoras desse movimento, e apresenta dados sobre o trabalho de algumas organizações que se inspiram nos seus princípios. Por fim, propõe reflexões sobre as formas de incorporar as pro-

postas e os anseios das mulheres rurais nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável e assim contribuir para o progressivo fortalecimento da posição das mulheres no conjunto da sociedade.

**Palavras-chave:** Ecologia, Meio Ambiente, Mulher Rural, Desenvolvimento Rural Sustentável, Gênero

### 1 Introdução

O ecofeminismo pode ser definido como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 1970, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da Natureza e a dominação das mulheres. Hoje em dia, como definido por uma de suas representantes<sup>2</sup>, pode ser considerado mais como uma corrente que trabalha com mulheres dentro do movimento ambientalista, do que propriamente parte do movimento feminista, que, como veremos mais adiante, não compartilha totalmente de suas teses sobre a Natureza enquanto "*princípio feminino*".

\*Engenheira Agrônoma (UFRGS), Especialista em Economia Agroalimentar (CeFAS, Itália) e em Formulação e Análise de Políticas Públicas (Unicamp), Mestre em Sociologia Rural (UFPb). Assessora da Coordenadoria Técnica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: emmasili@uol.com.br.

No Brasil ainda são poucas as organizações ou movimentos sociais que se preocupam em fazer essa relação, seja na teoria, seja na prática. Entre aquelas e aquelas que desenvolvem trabalhos na área da preservação ambiental e da Agroecologia, é bastante comum verificarmos um enfoque mais “produtivo” ou voltado para “a natureza” do que focado nas questões sociais – que incluiriam uma preocupação com o papel específico que as pessoas, e em especial as mulheres, desempenham nos sistemas produtivos em questão e com a sua situação de subalternidade no meio rural. Assuntos como a divisão de tarefas que ocorre entre os membros das famílias rurais e os valores associados a cada uma dessas tarefas, a rígida hierarquia patriarcal, as formas de divisão dos bens por herança, por exemplo, que afetam diferentemente homens e mulheres, jovens e idosos, dificilmente são tratados como problemas. Não é raro encontrarmos situações em que deliberadamente se jogam estas questões para o campo da “ética cultural”, como se, em nome de um suposto respeito aos hábitos e culturas locais, não fosse lícito tocar em questões que dizem respeito às formas de organização social, e em particular, à família. Essas posições, no entanto, são desmentidas pela própria prática, já que qualquer processo de mudança social provoca, de uma forma ou de outra, mudanças nos papéis de gênero (não existe essa suposta “neutralidade”).

Os movimentos feministas e de mulheres, por outro lado, também têm tido dificuldades em articular essas questões, de forma a apresentar, nos fóruns e instâncias onde se debatem propostas mais globais de desenvolvimento, plataformas de ação e posições que reflitam uma perspectiva feminina de progresso e de desenvolvimento para a humanidade, e não



apenas reivindicações isoladas. Entre as organizações que se propõem a fazer esta articulação, destacam-se algumas que têm no ecofeminismo as principais referências teóricas para o seu trabalho prático.

O auge da visibilidade social e política dessas posições se deu no início da década de 90, com a realização da Conferência Meio

Ambiente e Direitos Humanos no Rio de Janeiro - a Eco-92 (Castro & Abramovay, 1997), em que organizações como a REDEH (Rede de Defesa da Espécie Humana) e RME (Rede Mulher de Educação) fizeram parte da coordenação do Planeta Fêmea, no Fórum Global. Defendendo “um olhar feminino sobre o mundo”, faziam críticas ao estilo predatório de consumo vindo do Norte, que agravava a pobreza do Sul, ressaltavam a importância das ações locais para recuperação do ambiente, a relação entre saúde e ambiente e a problemática das mulheres, que aliadas dessas grandes discussões, sofriam as conseqüências desses processos. Desde então, pode-se dizer que suas posições vêm influenciando parte do movimento social, de mulheres e de agricultores.

Que contribuições essa corrente de pensamento pode nos trazer, seja pela visão teórica que lhe dá suporte, seja pela prática das suas integrantes, para pensarmos propostas de mudanças nas relações de gênero que estejam articuladas com a passagem para um outro paradigma produtivo, mais sustentável, mais equilibrado? Elas nos dão pistas de ações que sejam capazes de, ao mesmo tempo, incluir as mulheres rurais nas decisões importantes da sociedade e da família, assim como fazer avançar a luta ambiental?

Este artigo procura trazer uma contribuição para esta reflexão. Serão apresentadas algumas idéias que estão na origem do pensamento ecofeminista, e uma breve descrição da atuação das duas organizações citadas acima,

assim como de uma articulação internacional, a WEDO (Women's Environment and Development Organization), que serve de referência a vários movimentos no Brasil. Por fim, são apresentadas as críticas e questionamentos que essa abordagem tem recebido, assim como as contribuições que, na opinião da autora, o movimento têm feito às lutas feministas e ambientais. O intuito é de fazer um convite a todos e todas que compartilham estas preocupações, para construir esse debate.

## 2 Princípios Gerais do Ecofeminismo

De uma forma bastante simplificada, poderíamos identificar os princípios do pensamento ecofeminista nas seguintes questões:

- do ponto de vista econômico, existe uma convergência entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e a Natureza, ou seja, a dominação das mulheres e a exploração da Natureza são dois lados da mesma moeda da utilização de "recursos naturais" sem custos, a serviço da acumulação de capital;

- para o ecofeminismo, o pensamento ocidental identifica, do ponto de vista político, a mulher com a Natureza e o homem com a cultura, sendo a cultura (no pensamento ocidental) superior à Natureza; a cultura é uma forma de "dominar" a Natureza; daí decorre a visão (do ecofeminismo) de que as mulheres teriam especial interesse em acabar com a dominação da Natureza, porque a sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher.

- As políticas científicas e tecnológicas que têm orientado o desenvolvimento econômico moderno são políticas que reforçam essa visão, não sendo "neutras" do

ponto de vista de gênero ou ambientais. A própria forma de pesquisar a história tem seguido esses princípios, e portanto não tem evidenciado como se deu a exclusão das mulheres do mundo do conhecimento "científico" e como a sua visão de mundo (de integração com a Natureza) foi sendo subjugada pela idéia de dominação.

O pensamento ecofeminista apareceu pela primeira vez enquanto tal a partir dos movimentos feministas da década de 1970 (a chamada "segunda onda" do feminismo), a esta altura já influenciados pelos movimentos pacifistas, antimilitaristas e antinucleares que eclodiram em toda a Europa e Estados Unidos nos anos 60 e que deram origem aos movimentos ambientalistas como os conhecemos hoje. Em comum com esses movimentos, Barbara Holland-Cunz identifica que a "utopia ecofeminista primitiva" apresentava:

- ideais de descentralização, não-hierarquização, democracia direta;

- apoio a uma economia de subsistência rural como modelo de desenvolvimento;

- insistência na busca de tecnologias "suaves", não-agressivas ao meio ambiente;

- superação da dominação patriarcal nas relações entre os gêneros.

Por outro lado, esses movimentos também questionavam o dualismo entre cidade e campo, entre trabalho intelectual e manual, entre o público e o privado, assim como entre os espaços ditos "produtivos" e aqueles "reprodutivos". Faziam parte dessas primeiras utopias também a idéia de que muitas vezes a riqueza material estava acompanhada de "miséria moral e emocional" e resgatavam-se experiências de

vida simples, em que a pobreza não era identificada com miséria ou privação.

Nesse sentido, havia na ori-

A sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher



gem desses movimentos elementos comuns entre uma “utopia feminista” e uma “sociedade ecológica”, assim como entre esses movimentos e os “ecologistas socialistas”. Diferentes pontos de vista teóricos, assim como práticas de organização e ação política fizeram com que essa identidade não fosse permanente.

Do ponto de vista do movimento feminista, a cisão se verificou quando da comemoração do Ano Internacional da Mulher (1975), inauguração da Década da Mulher instituída pela ONU, quando ocorreu pela primeira vez o debate público entre o que se chamaria de movimento “igualitarista” e o “feminismo da diferença” (corrente dentro da qual se insere o ecofeminismo).

A tradição igualitarista (em que pese suas enormes diferenças internas) reivindicava “*a universalidade da dignidade humana contra as desigualdades de poder estruturadas ao redor das diferenças sexuais*” (Sorj, 1992:144) e lutava pela expansão dos direitos civis, a entrada das mulheres no mundo público e a sua autonomia do ponto de vista econômico, social, político etc.

Os movimentos identificados com “a diferença” criticam essa visão, considerando que o mundo público, tal como está, reflete uma visão masculina de ser, e que as mulheres (depositárias de um outro modo de ser, outros valores, outra cultura, decorrentes da maternidade e da sua condição de reprodutoras da vida) teriam outras contribuições a dar para uma nova forma de estruturação da sociedade que incorporasse a riqueza do universo feminino, ao invés de desvalorizá-lo<sup>3</sup>.

Entre as muitas críticas que essa visão re-

cebe, a principal dirige-se à idéia de que esta identificação viria do fato das mulheres encarnarem um chamado “*princípio feminino*”, cuja origem está nas tradições hindus trazidas à tona em 1988, com a publicação do livro “*Staying alive: women, ecology and survival*”, de Vandana Shiva (Shiva, 1991). O “*princípio feminino*” seria uma forma “*essencialista*” de ver essas relações, já que traz uma visão de “*essência humana imutável e irreduzível*” (Garcia, 1992:164), associada às mulheres, que as coloca fora de qualquer relação econômica, política ou social, construída historicamente.

É preciso lembrar que dentro do que se chama ecofeminismo existem muitas correntes, que vão desde aquelas com tradição mais anarquista (“radicais”), socialistas, até aquelas mais liberais, as que privilegiam as ações institucionais, no parlamento etc. Há também vertentes espiritualistas e mesmo esotéricas, que entendem como necessário resgatar as práticas “mágicas” de conhecimento da realidade que as mulheres exerciam desde a antigüidade, como formas de reconstruir uma identidade feminina que foi perdida ao longo do tempo.

### 3 Vandana Shiva: um olhar feminista, ecológico e terceiro-mundista

Avançando um pouco além das discussões ideológicas, Vandana Shiva<sup>4</sup> fez uma análise, em 1988, de como a violência contra as mulheres e a Natureza, na Índia e também em outros países do terceiro Mundo, tinha origem em bases materiais. Ela relaciona as formas de dominação sobre os povos desses países, através das quais se orientavam os programas de “desenvolvimento”, com a destruição da Natureza, cuja conseqüência principal foi (e é) a destruição das condições para a própria sobrevivência das mulheres (pela extinção das fontes de alimentação, água, da biodiversidade etc).

Para a autora, a origem desses problemas está no paradigma desenvolvimentista que

orienta essas ações, que vê o meio ambiente como um “recurso” separado e à disposição da humanidade, algo “*inerte, passivo, uniforme, separável, fragmentado, e inferior, a ser explorado*” (Shiva, 1991: 65). Esta forma de pensar foi, paralelamente, responsável pela exclusão das mulheres do seu papel protagonista na agricultura, já que ela deixou de ser vista como agricultora, silvicultora, administradora de recursos hídricos etc. Seu conhecimento, que era ecológico, plural, foi sendo inferiorizado e perdido.

Segundo ela, o trabalho das mulheres era baseado na estabilidade e sustentabilidade, na diversidade, na descentralização, no trato de plantas que não tinham retorno comercial imediato, e buscava o sustento de todos (a alimentação, em particular), sem que houvesse necessidade de excedentes (vistos em algumas dessas culturas como um “roubo” à natureza, uma vez que eram recursos que não necessitavam ser usados). A contraposição é o modelo da privatização dos lucros e da exploração ambiental, cujo principal símbolo é a monocultura. Com a quebra das relações tradicionais, as mulheres perderam o acesso à terra para as culturas alimentares, perderam acesso aos bosques, à água, e passaram a ter menos renda, emprego, e menos acesso ao poder.

A monocultura é vista como símbolo dessas mudanças, porque além de expulsar as formas de cultivo tradicionais (baseadas na diversidade e complementariedade), com as conseqüências ecológicas que isso traz (erosão, fragilidade dos ecossistemas, poluição da água e do solo, dependência de insumos externos etc), é sobretudo uma forma de pensar, na qual a intervenção do homem sobre a Natureza, visando ao lucro, é o princípio orientador.

A cosmologia hindu, que vê o mundo como sendo produzido e renovado pelo jogo dialético de criação e destruição, coesão e desintegração, e tensão entre opostos, é chamada a explicar os desequilíbrios existentes. *Prakriti* ,

A cosmologia hindu, que vê o mundo como sendo produzido e renovado pelo jogo dialético de criação e destruição, coesão e desintegração, e tensão entre opostos, é chamada a explicar os desequilíbrios existentes

ou princípio feminino, seria a fonte de toda a criação na Natureza, animada ou inanimada. Este princípio ou força criativa estaria presente em toda a diversidade da vida, e se caracterizaria pela criatividade, atividade, produtividade; pela conexão entre todos os seres (inclusive os humanos); e pela continuidade entre a vida humana e a vida natural. A ruptura dessa visão, ou a subjugação do princípio feminino, é que estaria então na origem dos desequilíbrios ecológicos existentes, assim como na dominação das mulheres e dos povos do Terceiro Mundo.

Somente a recuperação do *princípio feminino* poderia reverter esse quadro de violência e dominação:

*“A recuperação do princípio feminino se baseia na amplitude. Consiste em recuperar na Natureza, a mulher, o homem e as formas criativas de ser e perceber. No que se refere à Natureza, supõe vê-la como um organismo vivo. Com relação à mulher, supõe considerá-la produtiva e ativa. E no que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio feminino implica situar de novo a ação e a atividade em função de criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou a ameacem.”* (Shiva, 1991: 77).

É inegável que a visão de Vandana Shiva é uma visão feminista, pois enfoca a necessidade de um movimento ativo por parte das mulheres para serem ouvidas, para participarem das instâncias de decisão com o intuito de contraporem-se a essa visão de desenvolvimento, considerada predatória, violenta, não-sustentável e fonte de opressão sobre as próprias mulheres. Do ponto de vista ecológico, traz uma visão de defesa da biodiversidade e de questionamento do paradigma “produtivista” do desenvolvimento. Suas posições trazem também uma forte vertente “terceiro-mundis-

ta”, à medida que questionam as relações entre os países que dominam a ciência contemporânea e aqueles que sofrem mais de perto as suas conseqüências.

No entanto, embora ela descreva e analise concretamente como essa mudança de paradigma se deu em diversas situações concretas no Terceiro Mundo, e suas conseqüências sobre as condições de vida das mulheres, as explicações que ela apresenta do ponto de vista teórico sobre o porquê da separação entre homens, mulheres e natureza, ocorrida no pensamento contemporâneo, colocam-na claramente no campo do *essencialismo*. Um outro problema que a sua visão apresenta, e que será retomado no ponto 5 deste texto, é o fato de que as relações tradicionais às quais ela se refere não eram isentas de opressão e discriminação entre os sexos.

#### 4 As agendas ecofeministas internacionais e nacional

Para entender melhor o desdobramento dessas posições, vou citar exemplos de programas que vêm sendo desenvolvidos por organizações que compartilham princípios do ecofeminismo (embora, às vezes, não se definam como tal). Em nível internacional, vou tomar a organização não-governamental Women's Environment and Development Organization (WEDO), e no Brasil, a Rede de Defesa da Espécie Humana (REDEH) e Rede Mulher de Educação (RME). Existem ainda outras organizações que também mantêm trabalhos vinculando às questões de gênero com meio ambiente, mas dado o objetivo específico deste artigo, não serão abordadas aqui<sup>5</sup>.

A WEDO é uma rede internacional formada por ativistas e lideranças de vários países, sobretudo do Terceiro Mundo, para fazer pressão sobre órgãos internacionais e monitorar a execução de políticas que promovam o melhoramento da situação das mulheres nos programas de desenvolvimento. Foi criada em 1990, com sede em Nova Iorque, presidida desde a sua funda-



ção por Bella Abzug (ex-deputada americana, advogada militante dos movimentos civis, falecida em 1998) e traz no seu conselho de direção, entre outras, a própria Vandana Shiva. A vice-presidente da

WEDO é u-ma brasileira, Thaís Corral, também membro da REDEH. Em 1991, a WEDO realizou um congresso internacional de mulheres em Miami, com cerca de 1500 participantes de 83 países, com o tema “Mulheres por um planeta saudável”.

A WEDO define como seus objetivos “transformar o planeta em um lugar saudável e pacífico, com justiça social, política, econômica e ambiental para todos, através do *empowerment* das mulheres em toda a sua diversidade, e pela sua participação eqüitativa com os homens em todos os espaços de decisão, desde a base até as arenas internacionais” (<http://www.wedo.org>, 24/11/1998). As principais formas de ação definidas pela WEDO como rede são o monitoramento dos resultados das Conferências Internacionais da ONU<sup>7</sup>, assim como das ações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Banco Mundial (Bird).

A avaliação que a WEDO faz dos problemas ambientais atuais (degradação da terra, aridez, salinização erosão, etc; desmatamento, principalmente das florestas tropicais; mudanças de clima, destruição da camada de ozônio, aquecimento do planeta decorrente das emissões de CO<sub>2</sub> etc) identifica nos padrões de consumo dos países do Norte a origem desses desequilíbrios. As mulheres são vistas, ao mesmo tempo, como alimentadoras desse modelo de consumo (no Norte) e maiores prejudicadas por ele (no Sul). Do ponto de vista dos consumidores, é feita uma conexão bastante forte

entre saúde, alimentação e meio ambiente.

As propostas passam por trabalhos com os consumidores visando a uma readequação do consumo, estímulo a experiências que busquem aproximar os consumidores dos produtores, assim como maior descentralização e regionalização da produção. Do ponto de vista do maior acesso das mulheres ao poder, a WEDO levanta a problemática da rígida divisão sexual do trabalho nas sociedades ocidentais como um dos fatores que impedem a participação das mulheres nos espaços públicos de decisão.

Quando da Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma (1996), a WEDO participou de um manifesto<sup>8</sup> em que colocava suas posições sobre a problemática da segurança alimentar. Nesse manifesto, era criticada a falta de coerência da FAO<sup>9</sup>, que nas propostas para acabar com a fome, aceitava as diretivas da OMC (liberalização do comércio internacional, manipulação genética de alimentos etc) como possíveis soluções. Para a WEDO, a segurança alimentar deve estar acima dos objetivos do comércio internacional. Como a produção e a comercialização dos alimentos está cada vez mais nas mãos das grandes multinacionais, caso se coloque em prática as propostas apresentadas no Plano de Ação da FAO, “as multinacionais serão capazes de controlar a alimentação mundial globalmente, determinar os preços, gerar escassez artificial e utilizar a alimentação como arma” (RME, 1997:5). Isto significaria a marginalização ainda maior das mulheres dos países do Terceiro Mundo, que têm sido expulsas do campo. A manipulação genética dos alimentos, por outro lado, seria mais uma ameaça ao direito de uma alimentação saudável, problema que a FAO não estaria enfrentando.

Enquanto ações visando ao *empowerment* das mulheres, suas propostas se dirigem também à OMC e ao Banco Mundial. A rede mantém dois programas permanentes de trabalho<sup>10</sup> cujas metas são lutar para que sejam

institucionalizadas perspectivas de gênero nas ações desses organismos e assegurar uma presença maior de mulheres nas suas instâncias de direção. No caso do Banco Mundial, também são reivindicados mais recursos para programas de saúde, educação, projetos de agricultura sustentável, acesso à propriedade da terra, emprego e financiamentos voltados especificamente para as mulheres.

Em linhas gerais, em termos de análise da problemática ambiental e da necessidade das mulheres mobilizarem-se e procurarem influenciar nos organismos de decisão sobre as políticas públicas, pode-se dizer que as organizações brasileiras REDEH e RME situam-se no mesmo campo que a WEDO. Nos seus programas de trabalho específicos, no entanto, as ênfases são um pouco diferentes.

No caso da REDEH, uma ONG criada em 1987, com sede no Rio de Janeiro, os eixos de

“... as multinacionais serão capazes de controlar a alimentação mundial globalmente, determinar os preços, gerar escassez artificial e utilizar a alimentação como arma”

trabalho foram população e ambiente, com forte ênfase na discussão dos mecanismos de controle da reprodução humana, contra a ingerência dos organismos internacionais sobre as políticas de população. Suas ações concretas após a Rio-92 foram no sentido de trabalhar com instâncias locais de discussão, como os Conselhos Municipais da Condição Feminina, onde eram prestadas assessorias para procurar formas de colocar em prática a Agenda 21. No caso dos municípios, buscou-se de-



envolver ações ligadas ao saneamento básico, coleta de lixo e educação ambiental que poderiam ser impulsionadas pelas mulheres.

A discussão sobre saúde e direitos reprodutivos teve como linha a pressão sobre os governos

pela implantação do PAISM (Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher). A REDEH mantém também trabalhos de capacitação para grupos de mulheres (sobre conhecimento do corpo, saúde, direitos reprodutivos, sexuais, esterilização, aborto) e realiza programas de rádio (Natureza Mulher, na Rádio Nacional da Amazônia, entre outros) que abordam a condição feminina e a interação entre meio ambiente, trabalho e a saúde das mulheres.

A Rede Mulher de Educação (RME) foi fundada em 1983, tem sede em São Paulo e seu sistema de trabalho é de associação com grupos de mulheres que têm atuação local, em vários pontos do país, que se tornam “pontos focais” da rede. Sua atuação dirige-se principalmente para mulheres pobres, trabalhadoras rurais e movimentos populares, com os quais desenvolve atividades de capacitação, assessoria, pesquisa e comunicação (produção de materiais como cartilhas, vídeos etc).

Seus temas de trabalho quanto à problemática agrícola/rural têm sido: impacto dos agrotóxicos sobre o ambiente e sobre a saúde das mulheres; educação ambiental; produção alternativa de alimentos; formação de lideranças; geração de renda para mulheres. Como orientação mais geral, suas integrantes defendem a necessidade dos grupos de mulheres influenciarem as políticas, buscar parcerias para poder implementar as Plataformas de Ação

das Conferências Internacionais e, no caso do meio ambiente, a Agenda 21 das mulheres.

Como exemplos concretos de trabalhos sobre os quais têm influência, são citadas as lutas das quebradeiras de coco babaçu no norte do país, as experiências de introdução de multimisturas como complementação alimentar na merenda escolar de vários municípios, projetos de plantas medicinais levados adiante por grupos de mulheres e trabalhos de reciclagem de lixo em parcerias com prefeituras. A RME participa de vários fóruns nacionais e internacionais em defesa da segurança alimentar, da reforma agrária, pela defesa da Biodiversidade e outras lutas relacionadas com a questão agrária e ambiental.

## 5 Balanço das contribuições

O ecofeminismo, como uma corrente de pensamento que procura incorporar a visão das mulheres às discussões acerca da problemática ambiental, pode trazer a este campo várias contribuições inovadoras, à medida que chama a atenção para aspectos que não costumam ser considerados nas políticas de desenvolvimento, tais como as implicações que determinadas atividades econômicas têm sobre as condições de vida e trabalho das mulheres, assim como sobre outros segmentos da população (populações tradicionais, indígenas etc). Ao dar importância para o que não era “economicamente relevante”, tais como a cultura local, a qualidade de vida, os valores das populações-alvo dessas políticas (que passam despercebidos nas estatísticas oficiais), ajuda a questionar visões de desenvolvimento baseadas unicamente em critérios como renda, produção, produtividade.

A crítica que desenvolve com relação aos modelos de desenvolvimento e às relações internacionais, sobre as causas estruturais da pobreza e da destruição ambiental, o colocam ao lado dos movimentos sociais que hoje contestam a “ordem mundial” e a atuação de instituições multilaterais tais como o Banco Mun-



dial, a OMC e o FMI. Ao mesmo tempo, procura dar uma ênfase ao caráter local das suas ações, na realização de experiências alternativas de recuperação ambiental, de segurança alimentar etc. Nesse sentido, comunga com a lógica de vários movimentos sociais que se propõem hoje a “pensar globalmente e agir localmente”.

Do ponto de vista do ideário feminista, pode-se afirmar que o ecofeminismo se inscreve como um movimento de luta pela equidade de gêneros na sociedade, identificando a necessidade de estímulo à participação das mulheres nas mais diversas as esferas de decisão.

O que parece ser mais problemático – mais do que a forma como esses movimentos atuam – é a visão que orienta essa ação, baseada na idéia de que as mulheres seriam depositárias de um “*princípio feminino*” dado por sua condição de mães, que as identificaria com a Natureza, com a fertilidade, com a criação, e portanto, teriam um lugar privilegiado na luta ecológica.

Autoras como Bila Sorj (1992), Sandra Mara Garcia (1992) e outras, já criticaram essa visão, tanto do ponto de vista das relações entre natureza e cultura, quanto do ponto de vista do *essencialismo* implícito a essas visões, e de como isso significa uma visão a-histórica.

Para Bila Sorj, a principal debilidade dessa argumentação está no reforço que faz às características que foram construídas historicamente e socialmente como sendo mais adequadas ao papel social das mulheres (afetividade, docilidade etc), cujas consequências principais foram a dominação e a opressão no espaço público e privado, a segregação ao espaço doméstico etc.

Garcia critica em especial os trabalhos de Vandana Shiva por terem uma visão uniforme das mulheres do Terceiro Mundo (sem distinção de raça, classe, etnia etc), assim como, ao localizarem a imposição de um modelo de desenvolvimento colonialista sobre esses países como fonte das violências ambientais e

de gênero, ignoram que esse processo se deu sobre bases preexistentes de desigualdades sociais e econômicas, inclusive de gênero.

Para esta autora, “*o debate ecofeminista enfatiza o efeito das construções ideológicas nas relações de gênero e nas formas de ação em relação ao meio ambiente. No entanto, precisamos ir mais adiante e examinar criticamente as bases materiais que são subjacentes a estas construções, ou seja, analisar o trabalho que a mulher e o homem produzem, a divisão sexual da propriedade e do poder e a realidade material das mulheres das diferentes classes, raças e castas (no caso da Índia), pressupondo que essas diferentes inserções sociais devem afetar de forma diferenciada a vida dessas mulheres, possibilitando diversas respostas à degradação do meio ambiente*” Garcia, (1992: 165).

Pensando no Brasil de hoje e na tentativa dos movimentos populares (em especial no campo) de buscar outros modelos de desenvolvimento, Maria Emília Pacheco (1997) apresenta uma outra visão sobre as relações de gênero e meio ambiente. Para esta autora, a utilização do conceito de sistema de produção poderia ajudar a dar uma maior visibilidade para o trabalho das mulheres na agricultura e na conservação ambiental. Partindo do trabalho que hoje é feito pelas mulheres, dando importância para o que hoje é desprezado, se poderia trazer as mulheres para as lutas sociais/ambientais, incorporando as suas preocupações e os seus conhecimentos nas propostas de mudanças. Porém, fica ainda a questão: esta valorização seria suficiente para provocar uma mudança mais profunda na divisão sexual do trabalho e na hierarquização entre os gêneros existente no campo?

Maria Emília defende o resgate do que no Norte do país é chamado de “quintais” – aquela

área em torno da casa onde são criados os animais domésticos, é feita uma pequena horta, um pomar, e são realizadas as tarefas de agroindustrialização caseira. São hoje espaço por excelência da atuação das mulheres. Servem como área de produção de uso múltiplo, espaço de complementação de renda e enriquecimento da dieta alimentar, e campo de aclimação e experimentação de espécies. Segundo ela, o apoio a estas atividades poderia ser combinado com as culturas comerciais, em uma proposta de agricultura sustentável, tendo como princípio a agroecologia. Esta proposta teria a característica de evidenciar o valor do trabalho das mulheres na agricultura familiar hoje, e sua situação dentro da família, em uma perspectiva de resgate da biodiversidade e de formas alternativas de produção.

Talvez como um exercício de inclusão, seja interessante pensarmos em como incorporar estas questões aos nossos diagnósticos e planos de desenvolvimento comunitários ou municipais, começando por incorporar as próprias mulheres nos processos de discussão em que esses diagnósticos e planos são elaborados. Se elas não estão presentes ou não se mostram interessadas, poderíamos nos perguntar as razões dessas ausências.

Em artigo anterior, (Siliprandi, 1999), comentário sobre esses problemas e proponho formas de contorná-los: realizar atividades com as mulheres que permitam que elas se vejam efetivamente como trabalhadoras (e não como “ajudantes” dos maridos); promover a sua ca-

pacitação em temas que vão além daqueles considerados “tipicamente femininos”, que alarguem os seus conhecimentos sobre a comunidade e a sociedade em que estão inseridas; introduzir, nos processos de capacitação e organização de agricultores(as), a discussão sobre as desigualdades de gênero, para poder avançar na reflexão sobre formas de superá-las; criar condições especiais (de horário, local, pauta, transporte, creche etc) para que as mulheres efetivamente possam participar das atividades coletivas (cursos, reuniões, viagens de intercâmbio), em que os temas da agricultura e desenvolvimento são discutidos.

Não é por terem nascido mulheres, no sentido *essencialista* do termo, que elas têm a contribuir na discussão de propostas. É porque se tornaram mulheres - e estão inseridas socialmente em atividades específicas, porque têm pontos de vista historicamente e socialmente construídos, que podem oferecer visões sobre o desenvolvimento social que o pensamento e a prática masculinas não são capazes de abarcar. É preciso que se assuma que a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura é um dos entraves para que as propostas alternativas de desenvolvimento sejam efetivamente coerentes, amplas e equitativas. A partir da incorporação dessas questões, com certeza, irão aparecendo novos desafios, e progressivamente se avançará no sentido de um verdadeiro *empowerment* das mulheres rurais. **A**

## 5 Referências Bibliográficas

- CASTRO, Mary G. & ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo-Brasília: Cortez-Unesco-Unicef, 1997.
- GARCIA, Sandra M. Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.0, p.163-167, 1992.
- KULETZ, Valerie. Entrevista a Barbara Holland-Cunz. **Ecología Política**, Madrid-Barcelona,

- n 4, p.9-20, set. 1992.
- MIES, Maria. Os modelos de consumo do Norte - causa da destruição ambiental e da pobreza do Sul. **Cadernos da Rede de Defesa da Espécie Humana (REDEH)**, Salvador, v.1, especial, p.35-44, 1991. (Conferência Mulher, Procriação e Meio Ambiente - Contribuições das participantes)
- PACHECO, Maria Emília L. Sistemas de produção:

## 5 Referências Bibliográficas

- uma perspectiva de gênero. *Proposta*, Rio de Janeiro, v.25, n. 71, p.30-38, dez./fev. 1997.
- REDE MULHER DE EDUCAÇÃO (RME). Alimentando a vida. *Cunhary Informa*, São Paulo, v.5, n. 25, p.5-8, set./out. 1997.
- SHIVA, Vandana. *Abraçar a vida: mujer, ecología y supervivencia* (trad. Ana E. Guyer e Beatriz Sosa Martinez). Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991
- SHIVA, Vandana. *Monocultivos y biotecnología (amenazas a la biodiversidad y la supervivencia del planeta)* (trad. Ana E. Guyer). Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1993.
- SILIPRANDI, Emma. Para pensar políticas de formação para mulheres rurais. In: BRACAGIOLI NETO, A. (org.) *Sustentabilidade e Cidadania: o papel da extensão rural*. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. p.175-187 (Série Programa de Formação Técnico-social da EMATER/RS).
- SORJ, Bila. O feminino como metáfora da natureza. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v.0, p.143-150, 1992.
- WOMEN'S ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT ORGANIZATION (WEDO). New world food policies could displace rural women farmers. *News and Views, New York*, v.9, n. 3/4, p. 6, nov./dez. 1996.
- WOMEN'S ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT ORGANIZATION (WEDO). About WEDO... Disponível na Internet: <http://www.wedo.org>, 24/11/98.

## Notas

<sup>2</sup> Barbara Holland-Cunz, professora da Universidade de Frankfurt, em entrevista a KULETZ (1992).

<sup>3</sup> Várias autoras publicaram livros e artigos sobre estas questões neste período, tais como, Françoise d'Eaubonne (França, 1974), Sherry Ortner (Estados Unidos, 1974), Gabriele Kuby (Alemanha, 1975), Susan Griffin e Mary Daly (Estados Unidos, 1978). Posteriormente, outras como Carolyne Merchant (Estados Unidos), Maria Mies (Alemanha) também retomaram o tema da identificação da mulher com a Natureza devido à sua condição de reprodutora da vida, dentro do ideário do "feminismo da diferença".

<sup>4</sup> Doutora em Física e Filosofia, é diretora da Fundação Dehra Dun de Pesquisa sobre Políticas de Ciências, Tecnologia e Recursos Naturais na Índia, e membro da Rede Terceiro Mundo (Third World Network).

<sup>5</sup> Ver a respeito Castro & Abramovay (1997).

<sup>6</sup> Embora este termo pudesse ser traduzido por "fortalecimento", é mais comum aparecer na forma de "empoderamento" das mulheres; como ações que visam dar às mulheres mais poder de decisão, mais acesso às instâncias reais de poder na sociedade.

<sup>7</sup> A WEDO realizou acompanhamento de todas

essas conferências: Meio Ambiente (Rio de Janeiro, 1992), Direitos Humanos (Viena, 1993), População (Cairo, 1994), Pobreza e Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995), Mulheres (Pequim, 1995), Assentamentos Humanos (Istambul, 1996) e Alimentação (Roma, 1996).

<sup>8</sup> O chamado Apelo de Leipzig foi redigido e apresentado por Vandana Shiva e Maria Mies no Dia Mundial das Mulheres sobre a Alimentação. O texto completo pode ser obtido no site da WEDO. Há uma tradução resumida no Boletim Cunhary no 25 (RME, 1997).

<sup>9</sup> A FAO é a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, responsável pela realização da Cúpula.

<sup>10</sup> Os Programas são: Women Take on World Trade Organization e Women's Eyes on the World Bank. O primeiro poderia ser traduzido como "mulheres tomam conta da OMC"; quanto ao segundo, existe uma articulação no Brasil formada por representantes de ONGs e movimentos sociais que têm assumido o nome de "Mulheres de Olho no Banco Mundial". Essa articulação, embora com propósitos semelhantes, não é uma representação direta do programa mantido pela WEDO.